



Ata referente à 2ª Reunião Ordinária de 2025 do FOPEMIMPE

Data: 17/11/2025

Local: CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte, localizada na Av. João Pinheiro, 495 – Boa Viagem, Belo Horizonte/MG – CEP 30130-185.

Assuntos:

- Abertura
- Aprovação da última ata do Conselho;
- Deliberação para a XXXVII Assembleia do Fopemimpe:
  - Apresentação do levantamento de demandas e priorização das ações indicadas pelos Comitês Temáticos;
  - Demais contribuições dos parceiros.
- Palavra aberta;
- Encerramento.

**PARTICIPANTES EM ORDEM ALFABÉTICA**

- ALEXANDRE MOL (FIEMG)
- ANA CAROLINA ZAMOGLER (SEDE)
- GABRIEL TAVARES (JUCEMG)
- GERALDO MAGELA (OCEMG)
- GLÁUCIA FIALHO FONSECA (SEDE)
- GILSON DE ASSIS SALES (SEAPA)
- CAMILA CHAGAS (SEPLAG)
- JORGE ROLLA (FECOMÉRCIO)
- LUCIANA BARBOSA (SEDE)
- MARCO MENDONÇA GASPAR (SEDE)
- RODRIGO SAMPAIO MELO (SEDE)
- RENATO CAETANO (INVEST MINAS)
- RITA DE CASSIA CORCERA (FCDLMG)
- THACIO ELIZIO (CDL BH)
- VINICIUS CARLOS DA SILVA (FCDLMG)

## EXTRATO DA ATA

No dia 17 de novembro de 2025, das 09h00 às 13h30, na sede da CDL/BH, realizou-se a segunda Reunião Ordinária do Conselho do Fórum Permanente Mineiro das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – FOPEMIMPE, com a presença de representantes da FCDL, FETCEMG, JUCEMG, Fecomércio/MG, FIEMG, OCEMG, além da SEDE, SEPLAG, SEAPA e INVESTMINAS. A reunião foi aberta pelo Sr. Rodrigo Sampaio Melo, presidente do FOPEMIMPE, que agradeceu a presença de todos e ao anfitrião, Sr. Marcelo de Souza e Silva (CDL-BH), representado pelo Sr. Tharcio Elizio. Em seguida, concedeu a palavra à Sra. Gláucia Fialho, Diretora de Promoção ao Pequeno Negócio da SEDE e Secretária Executiva do FOPEMIMPE, que contextualizou o Fórum e deu sequência às pautas. A ata da reunião anterior, realizada em 12 de maio de 2025, foi aprovada por unanimidade. A Sra. Gláucia apresentou o Pitch FOPEMIMPE, espaço criado para exposição de projetos desenvolvidos pelas entidades em benefício dos pequenos negócios, reforçando o papel de articulação do Fórum e a contribuição de entidades como FEDERAMINAS, FCDL, Fecomércio e SEBRAE. Informou que as sugestões coletadas ao longo de 2025 foram organizadas pelo Consultor do Fopemimpe, Sr. Paulo Henrique Barroso Menezes, que tomou a palavra para contextualizar a sistematização das demandas e destacar o caráter estratégico das discussões dos Comitês Temáticos. Na sequência, a Sra. Gláucia apresentou, de forma sintética, as novas proposições do CT1 – Racionalização Legal e Burocrática. Destacou as evoluções obtidas em 2025, como a adesão de Belo Horizonte e Betim à Lei de Liberdade Econômica, e o apoio contínuo à regulamentação em Contagem. Em seguida, apresentou os quatro eixos estruturantes do comitê: (1) Normativo Tributário, ressaltando a necessidade de análise cuidadosa da legislação voltada às MPEs e o limite de atuação do Fórum; (2) Simplificação/REDESIM + Livre, voltado à redução da burocracia e articulação com prefeituras; (3) Observatórios e Dados, para implementação de indicadores e monitoramento estratégico; e (4) Entidades Engajadas, com foco na ampliação da participação institucional, incluindo proposta do Sr. Caio Coelho para fortalecimento do engajamento. O Sr. Rodrigo Sampaio Melo (SEDE) destacou o impacto do documento elaborado pelo CT1 para os municípios da região metropolitana e o avanço obtido em Belo Horizonte, reforçando a importância do engajamento das entidades. Informou também reunião recente entre a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado, a Sra. Mila Correa, e o Secretário de Contagem, para tratar da regulamentação da liberdade econômica no município. O Sr. Marco Antônio Gaspar (SEDE) enfatizou que as particularidades regionais exigem participação ativa das entidades, citando o Circuito E-Minas da FEDERAMINAS como fórum relevante para articulação local. A Sra. Gláucia ressaltou a relevância da atuação conjunta, sobretudo de SEBRAE e JUCEMG, devido à sua capilaridade, reforçando que o projeto Municípios Simplificadores – REDESIM + LIVRE dependerá desse alinhamento. A Sra. Gláucia apresentou ainda proposta de implantação do Observatório Mineiro do Ambiente de Negócios para MPEs, voltado ao monitoramento contínuo das ações do Fórum. O Sr. Jorge Rolla destacou a importância de compatibilizar as análises com os CNAEs para garantir cobertura adequada das demandas. Solicitou também novas discussões sobre os limites de atuação do Fórum em matéria tributária. O Sr. Marco Antônio Gaspar esclareceu que, embora o FOPEMIMPE não possa propor alterações na legislação tributária estadual, **não há impedimento para que o Fórum trate de temas relacionados ao Simples Nacional e ao MEI**, podendo debatê-los, qualificar as discussões e encaminhar recomendações técnicas às instâncias competentes. A Sra. Gláucia reforçou o que dispõe o decreto do Fórum, observando que demandas não permitidas podem ser encaminhadas por entidades de classe, citando ainda que temas poderiam ser incorporados ao CT4 – Investimento, Financiamento e Crédito. O Sr. Jorge Rolla sugeriu nova ação documental das entidades sobre impactos tributários na sobrevivência das empresas. O Sr. Luciano Medrado (FETCEMG) complementou com exemplo de debate anterior que gerou o projeto “Transporte Sem Papel”, reforçando que nada impede que o Fórum origine discussões que sejam direcionadas às esferas competentes. Em continuidade, a Sra. Gláucia apresentou a proposta de ação "Entidades Engajadas FOPEMIMPE", visando maior mobilização das entidades estaduais e municipais. Relatou sugestão do Sr. Paulo Henrique Barroso Menezes para criação de um termo de engajamento e de um boletim online do Fórum. O Sr. Tharcio Elizio (CDL-BH) relatou baixa efetividade de comunicações por e-mail, refletindo a necessidade de novos formatos de divulgação. A Sra. Gláucia concordou, destacando a importância de estratégias alternativas, como apresentações online, especialmente para levantamento de demandas para programas como Minas Forma e Trilha do Futuro. O Sr. Renato Matozinhos (INVESTMINAS) relatou experiência

exitosa com abordagem direta aos CEOs de empresas do setor de transformadores (WEG, ADC e DATA), o que permitiu identificar demandas específicas de qualificação profissional e propor oferta de cursos em regiões mais acessíveis, como Contagem e Betim, evitando baixa adesão registrada em ações realizadas no centro de Belo Horizonte. CT2 - Acesso ao Mercado, a Sra. Gláucia Fialho (SEDE) deu continuidade à pauta e informou que, no âmbito do CT2, foram identificados quatro eixos de trabalho, consolidados pelo Sr. Paulo Henrique Barroso Menezes. Iniciou pelo Eixo 1 – Integração de Cadeias Produtivas e APLs, destacando que este eixo trata da necessidade de integrar cadeias fragmentadas, caracterizadas por baixa coordenação territorial e limitada inserção das micro e pequenas empresas (MPEs) em mercados estruturados. Em seguida, apresentou o Eixo 2 – Acesso a Mercados e Conexão com Compradores – Compras Públicas, cujo objetivo central é identificar as causas que dificultam a aquisição de produtos mineiros por órgãos estaduais. A Sra. Gláucia explicou que a reformulação metodológica do ACT firmado entre SEDE, SEPLAG e SEBRAE visa aprimorar a análise dos dados de compras públicas. A proposta inclui o monitoramento das aquisições realizadas fora do estado para mapear se os produtos disponíveis em Minas Gerais deixam de ser adquiridos por questões tributárias ou por inadequação às especificações técnicas. Caso a inadequação seja identificada, haverá articulação com o SEBRAE para apoio às empresas, por meio de curadorias, capacitações e ações de melhoria de produtos. Na sequência, abordou o Eixo 3 – Acesso a Mercados e Conexão com Compradores – Agricultura Familiar, enfatizando a relevância das compras públicas voltadas ao setor e manifestando interesse em desenvolver uma ação específica no projeto Rio Doce, com foco nas cooperativas da agricultura familiar. O Sr. Gilson de Assis (SEAPA) manifestou apoio e destacou que a SEAPA pode contribuir significativamente por meio do COOPERAF, programa destinado a auxiliar as cooperativas no cumprimento da obrigatoriedade de destinação de 30% das compras públicas à agricultura familiar. Ressaltou que cooperativas do Sul do país têm se destacado nos editais pela maior integração e organização produtiva. Informou que o COOPERAF já realizou agendas de relacionamento com compradores institucionais, como Exército e Aeronáutica, e que as agendas previstas para o ano foram remarcadas para o próximo, reconhecendo forte sinergia entre as ações da SEAPA e as propostas no FOPEMIMPE. Comunicou ainda que a Sra. Sandra, diretora de Comercialização e Mercado, acompanhará o Fórum e contribuirá com sua experiência após retornar de capacitação no Japão. A Sra. Gláucia Fialho retomou a palavra e reforçou a necessidade de alinhamento prévio entre SEDE e SEAPA a fim de evitar sobreposição de ações, destacando que a SEDE trabalha na estruturação de um convênio com a UFV, com expectativa de implementação para o próximo ano. Ato contínuo, apresentou o Eixo 3 – Acesso a Mercados e Conexão com Compradores – Compras Privadas, no qual a logística aparece como principal obstáculo. Pontuou que a logística se configura como cara e complexa para pequenos negócios, sobretudo no interior, dificultando o acesso a canais digitais que integrem soluções de frete, postagem e distribuição. Prosseguiu com o Eixo 4 – Formalização, Trilhas de Desenvolvimento e Inclusão de Informais, construído a partir das demandas identificadas no CT2. Explicou que há um grande universo de empreendedores informais que enfrentam dificuldades de formalização, desconhecimento sobre gestão básica e barreiras para emissão de nota fiscal e cumprimento de obrigações tributárias, o que os exclui dos mercados mais estruturados. Concluiu a apresentação dos quatro eixos consolidados pelo Consultor do Fórum, reforçando que os participantes estavam convidados a sugerir ajustes ou propor novos eixos de trabalho. Na sequência, a Sra. Gláucia apresentou a proposta de projeto Conexão de Cadeias Âncoras e Varejo, que visa enfrentar a dificuldade de pequenos produtores em acessar cadeias de suprimentos de grandes compradores privados. Citou como exemplo a iniciativa mencionada pelo Sr. Renato Matozinhos (Invest Minas), envolvendo a CEMIG. O Sr. Renato Matozinhos fez o uso da palavra para apresentar o programa “Suprí Minas”, desenvolvido para suprir a demanda da CEMIG por fabricantes homologados de transformadores de média e baixa dimensão. Relatou que fabricantes locais não demonstraram interesse e, por isso, foram buscados 32 fornecedores nacionais e internacionais; 18 participaram de reuniões, resultando na habilitação de cinco empresas. A empresa Nansen venceu contrato de R\$600 milhões, com prazo de cinco anos. O diferencial do programa é permitir que a empresa vencedora utilize o contrato da CEMIG como garantia para abatimento de juros no BDMG. Informou também que o modelo está sendo replicado com a COPASA e deve ser expandido para os setores de Mineração e Agronegócio. Destacou que a estratégia consiste em: (1) identificar a demanda; (2) identificar fornecedores mineiros; e (3) buscar fornecedores externos somente quando não houver solução local. A Sra. Gláucia Fialho retomou a palavra para abordar a demanda relacionada à Informalidade e Mercado, correspondente ao Eixo 4. Informou que foi identificado um contingente expressivo de trabalhadores informais, representando mais de 30% do PIB, que permanecem excluídos das políticas de mercado por barreiras burocráticas, fiscais e desconhecimento dos benefícios da

formalização. Em seguida, tratou da demanda de E-commerce e Capilaridade Logística, que afeta diretamente MPes e agricultores familiares, especialmente no interior do estado. Como alternativa, citou a articulação com a nova capacidade logística dos Correios, que lançou um marketplace, e com a plataforma É Do Campo, da EMATER. As propostas incluem capacitação para comercialização digital e monitoramento integrado das plataformas. A Sra. Gláucia concluiu solicitando aos membros do CT2 que apresentassem novas demandas para inclusão nos eixos centrais relacionados ao acesso ao mercado, tanto nas compras públicas quanto privadas. CT3- Tecnologia e Inovação A Sra. Gláucia Fialho (SEDE) informou que, diferentemente do ano anterior, quando não foram priorizadas ações específicas devido à existência de iniciativas conduzidas pela Subinova e outras entidades, neste ano foram identificadas demandas claras e consolidados três eixos de atuação. Apresentou o Eixo 1 – Capacitação e Difusão em Inteligência Artificial (IA), voltado para disseminar conhecimentos de IA entre as MPes, com ações que vão desde sensibilização e seminários até capacitações estratégicas envolvendo políticas, ferramentas e liderança. No Eixo 2 – Articulação de Fomento e Diagnóstico de Maturidade destacou o papel do Fórum como facilitador do acesso das empresas a recursos de inovação e na capacitação das entidades para auxiliá-las nesse processo. Explicou que é necessário diagnosticar a maturidade tecnológica das empresas, mencionando que o SEBRAE realiza pesquisas que podem orientar as estratégias de atuação. Em seguida, apresentou o Eixo 3 – Estratégia, Legislação e Ambiente de Inovação, que abrange ações estruturantes de longo prazo, como formulação de políticas públicas e minutas legislativas voltadas a tecnologias emergentes, incluindo a proposta da ANBI. Destacou a importância de monitorar a legislação em tramitação para avaliar impactos e posicionamentos necessários do Fórum. A Sra. Gláucia ressaltou a necessidade de uma estratégia unificada de comunicação sobre o tema inovação, por ser considerado complexo pelas MPes. Informou que foi demandado ao Sr. Marco Antônio Gaspar (SEDE) apoio para realização de um seminário unificado, aproveitando o edital da FAPEMIG para fomento de eventos — esclarecendo que o FOPEMIMPE não pode submeter diretamente projetos, mas uma entidade membro pode fazê-lo em parceria. O seminário teria como objetivo apresentar ações e iniciativas de inovação já em execução pelas entidades. O Sr. Gilson Assis (SEAPA) sugeriu a participação de representante da Superintendência de Inovação e Economia Agropecuária da SEAPA no CT3, destacando o Circuito Mineiro de Inovação no Agro, que leva tecnologia como irrigação, drones e agricultura de precisão ao interior do estado. Propôs articulação direta com o Fórum e sugeriu incluir espaço de pitch para empresas inovadoras. A Sra. Gláucia concordou e destacou a relevância crescente do agronegócio para a economia mineira, ressaltando o apoio contínuo da Subinova ao setor. Na continuidade, a Sra. Gláucia abordou a dificuldade das MPes em acessar fomento e financiamento, citando o edital Compete Minas como exemplo, em razão da complexidade técnica e da plataforma de submissão. Informou que houve avanços, e destacando que, segundo a Sra. Sabrina (Subinova), todos os recursos do edital deste ano deverão ser executados, resultado da forte atuação das entidades na divulgação e apoio às empresas. O Sr. Marco Antônio Gaspar (SEDE) reforçou a carência de comunicação efetiva das iniciativas, relatando casos de desconhecimento do Compete Minas por parte de um sindicato. Informou que pretendia realizar reunião para apresentação detalhada do programa à entidade, com vistas à ampliação da divulgação. Na sequência, o Sr. Alexandre Mol (FIEMG) destacou dificuldades de comunicação mesmo dentro da FIEMG, que reúne 72 sindicatos, muitos do interior. Ressaltou que reuniões virtuais geram dispersão e que muitos presidentes carecem de assistência técnica adequada. Elogiou o trabalho do FOPEMIMPE e deixou duas propostas antes de se retirar: (i) realizar reuniões trimestrais entre coordenadores do FOPEMIMPE, Conselho da Micro e Pequena Empresa, FedSec, Fecomércio e CDL, para alinhamento estratégico; e (ii) unificar esforços em torno da pauta do limite do Simples Nacional, considerada central, mas tratada de forma ineficiente nacionalmente. Relatou divergências internas sobre o valor ideal e afirmou que, não havendo consenso, a simples correção anual do limite já representaria avanço, ainda que duvidasse da sua implementação. Relatou episódio em que o Ministro da Economia recusou discutir o tema, classificando o Simples Nacional como Renúncia Fiscal, e sugeriu articulações políticas e midiáticas em Brasília, especialmente em ano eleitoral, com meta de elevar o limite do Simples Nacional a R\$6 milhões. O Sr. Marco Antônio Gaspar (SEDE) concordou que o entendimento da Receita Federal e Estadual, ao tratarem o Simples como Renúncia Fiscal, é equivocado. Argumentou que o regime aumenta a competitividade e combate informalidade. Citou casos de empresas desenquadradas por composição de faturamento, propondo que o Fórum produza Nota Jurídica e Econômica demonstrando que o Simples é tratamento tributário diferenciado previsto na Constituição. Informou ainda articulação da SEDE e SEBRAE para garantir a presença de autoridades federais na próxima Assembleia do Fórum, incluindo o Secretário Nacional de Ambiente de Negócios e o Coordenador-Geral de Micro e Pequena Empresa. O Sr. Geraldo Magela (OCEMG) retomou o debate

sobre o Compete Minas, concordando quanto à complexidade dos editais e reconhecendo o esforço da SEDE. Citou que cooperativas foram inicialmente impedidas de participar por interpretação equivocada da curadoria, posteriormente corrigida após articulação da SEDE com nota técnica. Sugeriu que o Fórum proponha simplificação dos editais para MPEs e APLs, defendendo que inovação não se limita ao tecnológico. Propôs criação de edital simplificado e fortalecimento da articulação com universidades e ICTs. A Sra. Gláucia Fialho complementou destacando que FIEMG e SEBRAE já apoiam empresas na formatação de projetos, mas que é necessário atuar na simplificação dos próprios editais. Antes de avançar para o próximo Comitê, o Sr. Jorge Rolla (Fecomércio) retomou o tema do Simples Nacional, reforçando que o regime não configura subsídio. Sugeriu que o Fórum adote posicionamento técnico oficial já na próxima reunião. O Sr. Marco Gaspar complementou propondo elaboração de Nota Jurídica e Econômica para fundamentar o posicionamento, bem como formação de grupo de trabalho para análise normativa, articulando pautas específicas com deputados e integrando o tema aos Comitês CT1 (Normativo) e CT3 (Legislação de Inovação). Dando prosseguimento à pauta da reunião, a Sra. Gláucia Fialho (SEDE) apresentou o CT4 – Investimento, Financiamento e Crédito e informou os três eixos consolidados pelo Sr. Paulo Henrique Barroso Menezes. No Eixo 1 – Estruturação de Garantias e Fundos: Foi destacado que o principal obstáculo para o acesso ao crédito não é a falta de recursos, mas a ausência de garantias adequadas. O eixo propõe ações para otimização de fundos já existentes e estudo para criação de um fundo estadual de aval, capaz de ampliar o alcance e reduzir o risco das operações. No Eixo 2 – Crédito Assistido e Gestão: O eixo aborda a qualidade do crédito, propondo ações de pré-crédito (orientação e preparação) e pós-crédito (gestão de inadimplência). A Sra. Gláucia mencionou que a Sra. Débora (SEBRAE) possui pesquisa sobre os principais motivos de negativas bancárias e propôs apresentar o estudo ao Comitê. A ideia central é que, após a concessão do financiamento, o SEBRAE atue diretamente com os empresários, oferecendo suporte de gestão financeira para que a empresa se fortaleça e mantenha sua capacidade de pagamento. No Eixo 3 – Capilaridade e Fomento Territorial: O objetivo é ampliar a divulgação das linhas de crédito existentes, como BDMG e FAMP, usando a capilaridade das entidades de classe e dos municípios. A Sra. Gláucia citou o exemplo da linha da Fecomércio com o BDMG e a surpresa do Sr. Gaspar diante do volume do FAMP destinado ao MEI. Durante o debate, o Sr. Geraldo Magela (OCEMG) apresentou críticas importantes, destacando a falta de alinhamento entre regras, limites e legislações das linhas de crédito. Ressaltou que, em alguns casos, o limite ofertado ao MEI ultrapassa o teto de faturamento da categoria, demonstrando desconhecimento da legislação vigente por parte de quem estrutura os produtos. Defendeu que regras confusas dificultam o acesso e reforçou que o empreendedor vive uma realidade dinâmica e muitas vezes solitária, sendo essencial o apoio direto das entidades de classe no processo. O Sr. Magela reforçou ainda que é necessário mudar a forma de atuação na ponta para que o acesso ao crédito não seja barrado por falta de informação. Relatou articulação entre a OCEMG e o BDMG no setor agro como exemplo positivo. A Sra. Gláucia Fialho encerrou o CT4 afirmando que, diante do impacto da informalidade e da necessidade crescente de crédito, o Fórum deve atuar com ainda mais força no apoio à formulação de políticas públicas. Destacou que as sugestões apresentadas pelo Sr. Magela serão incorporadas aos Eixos 2 e 3. Dando sequência à pauta da reunião no Comitê Temático 5 – Formação e Capacitação Empreendedora: A Sra. Gláucia Fialho (SEDE) apresentou os problemas e proposições de ações elaboradas pelo Sr. Paulo Henrique Barroso Menezes, consultor do FOPEMIMPE, para o Eixo 1 – Divulgação e Capilaridade: Foi identificado que as entidades possuem ampla oferta de capacitação, porém encontram dificuldade de divulgação na ponta. Como ação, propôs-se a utilização da capilaridade dos parceiros e integração do FOPEMIMPE para ampliar o alcance dessas oportunidades. No Eixo 2 – Inteligência e Conexão de Mão de Obra: O eixo trata da conexão entre oferta (alunos formados) e demanda (vagas). Dois pontos de atenção foram apresentados, o primeiro é a Mobilização do Setor Produtivo – As entidades de classe devem estruturar e apresentar suas demandas de mão de obra, garantindo que o pequeno empreendedor seja alcançado com informações claras e segundo apresentado foi o Conexão com o Programa Trilhas de Futuro – Foi discutida a dificuldade de encaminhamento dos alunos às vagas em razão da LGPD. Esclareceu-se que, na prática atual do programa, o fluxo já ocorre de forma invertida: **as empresas divulgam diretamente suas vagas na plataforma, que realiza a ponte com os formados**, garantindo conformidade com a legislação de proteção de dados.. O Sr. Marco Antônio Gaspar (SEDE) relatou que o governo contratou empresa especializada para apoiar essa conexão, mas reforçou a importância da contribuição das entidades e das entidades que fazem parte do FOPEMIMPE. Relembrou distorções observadas nos últimos anos, como excesso de formados em áreas com baixa demanda, a exemplo de enfermagem. O Sr. Tharcio Elizio (CDL/BH) relatou a experiência do evento “Café com RH”, destacando três frentes de conexão de mão de obra: menor aprendiz, pessoas encaminhadas

pela Defensoria Pública e imigrantes via OIM. Pontuou que os canais tradicionais de vagas não dialogam mais com grande parte dos jovens e que a mediação institucional aumenta o engajamento. O Sr. Renato Matozinhos (Invest Minas) reforçou a necessidade de mecanismos mais eficientes de conexão e sugeriu articulação com setores de RH de empresas como Midea, Hélio, Panasonic e Prática Forbs para estruturar boas práticas e parcerias. O Sr. Geraldo Magela (OCEMG) citou o desalinhamento entre entidades do Sistema S e demais instituições, o que leva à realização de cursos distantes das reais necessidades das empresas. Propôs que o FOPEMIMPE lidere uma reunião de alinhamento com todas as entidades do Sistema S e associações de classe. O Sr. Jorge Rolla (FECOMÉRCIO) destacou que o SENAC e o SESC estão totalmente abertos ao diálogo e à integração. Ele ressaltou a magnitude dos serviços prestados (100 mil pessoas treinadas/ano no SENAC) e informou que os currículos foram totalmente revistos para novas tecnologias. Concordou que o alinhamento proposto é crucial para sintonizar a qualificação com a demanda do mercado. No Eixo 3 – Desenvolvimento de Novas Capacitações: A Sra. Gláucia apresentou propostas para criação de formações em áreas emergentes, como inovação para MPEs, turismo e parcerias internacionais. Destacou que o principal desafio é o alinhamento com o Sistema S para evitar sobreposições e identificar lacunas. Foram apresentados dois modelos o Curso Co-financiado – SENAC arcaria com 70–80% dos custos e fornecedores com o restante, garantindo que parte do tempo seja usada para treinamento em produtos específicos. Adicionalmente, apresentou o Capacitação In Company Direcionada – Quando o maquinário for de última geração e indisponível ao Sistema S, a própria empresa ofertaria a capacitação especializada. Na sequência, deu prosseguimento do CT6 – Microempreendedor Individual -MEI. A Sra Gláucia Fialho (SEDE) apresentou o Eixo 1 – Fomento e Redução de Custos: Envolve ações para melhoria do ambiente de negócios, redução de custos operacionais e abertura de novos mercados ao MEI, como pequenos reparos em compras públicas. No Eixo 2 – Diagnóstico e Reconhecimento: Objetiva compreender o perfil do MEI e criar mecanismos como selo de reconhecimento das entidades que apoiam os microempreendedores. O coordenador privado do CT6, Sr. Medrado, destacou a relevância de pautar o tema em razão do grande número de MEIs em Minas Gerais. No Eixo 3 – Capacitação e Estruturação Legislativa: Prevê uso da capilaridade dos parceiros para levar capacitação em logística, e-commerce e marketplaces. Entre as ações propostas foi mencionado o Programa Prefeitura Amiga do MEI e o Contrata Mais Brasil – Para pequenos reparos e serviços; incentivar a adesão dos municípios. Por fim, a Sra. Gláucia menciona a ideia surgida em conversa com Ariane do SEBRAE de usar as Salas Mineiras do Empreendedor para capacitações de e-commerce com parceria do SEBRAE e Correios. Conclui-se que estes foram os três eixos de ação inicialmente identificados no CT6, além disso, informou que o material completo, incluindo o decreto do FOPEMIMPE, será enviado aos membros para análise. A proposta é apresentar todas as ações na próxima Assembleia e, posteriormente, iniciar o Plano de Ação. Agradeceu o apoio e pediu desculpas pela apresentação acelerada devido ao tempo.

Palavra aberta: Nos debates finais, não houve manifestações dos demais representantes das entidades.

Por fim, Sra Gláucia faz uma citação sobre o projeto Comunica FOPEMIMPE, uma iniciativa transversal a todos os CTs com dois objetivos centrais: Divulgação Eficaz, visando divulgar as ações concretas já realizadas pelas entidades parceiras, reconhecendo que ferramentas passadas, como boletins, são insuficientes, e buscando novas formas de comunicação; e Captação e Resolução de Demandas, posicionando o Fórum como um local de escuta do setor produtivo e de trabalho conjunto.

Em seguida, o Sr. Rodrigo Melo (SEDE), presidente da reunião, fez o uso da palavra e concluiu os trabalhos destacando a importância da construção das ações e participação das entidades no FOPEMIMPE. Finalizou agradecendo a participação de todos os membros, parceiros e apoiadores, registrando também agradecimentos à equipe da CDL e da Superintendência da Secretaria.

Não havendo mais assuntos a tratar, a reunião foi oficialmente encerrada.

ASSINATURAS:

---

Alexandre Mol (FIEMG)

---

Ana Carolina Zamogler (SEDE)

---

Camila Chagas (SEPLAG)

---

Gabriel Tavares (JUCEMG)

---

Geraldo Magela (OCEMG)

---

Gilson de Assis (SEAPA)

---

Gláucia Fialho (SEDE)

---

Jorge Rolla (FECOMÉRCIO)

---

Luciana Barbosa (SEDE)

---

Marco Antônio Gaspar (SEDE)

---

Renato Caetano (INVEST MINAS)

---

Rita Corcera (FCDLMG)

---

Rodrigo Sampaio Melo (SEDE)

---

Tharcio Elizio (CDL-BH)

---

Vinicius Carlos da Silva (FCDLMG)